

# Superior Tribunal de Justiça

**RE nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.377.401 - SC (2013/0097793-5)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**RECORRENTE : ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PROCURADOR : TATIANA CORAL MENDES DE LIMA E OUTRO(S) -**  
**SC013036**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA**  
**CATARINA**  
**INTERES. : T R P**  
**REPR. POR : M R**

## **EMENTA**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ARTS. 2º, 37, *CAPUT*, e 196, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. EFICÁCIA DA DECISÃO PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. *ERGA OMNES*. INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA REFLEXA. **RECURSO EXTRAORDINÁRIO NÃO ADMITIDO.**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso extraordinário, interposto pelo ESTADO DE SANTA CATARINA, com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 562):

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO À SAÚDE. PARALISIA CEREBRAL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. EFICÁCIA *ERGA OMNES* DA SENTENÇA. INTERPRETAÇÃO DO ART. 16 DA LEI 7.347/85. AGRAVO INTERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A jurisprudência do STJ firmou-se de que é possível atribuir efeito *erga omnes* à decisão proferida em Ação Civil Pública que visa tutelar direitos individuais homogêneos, como na presente hipótese, cabendo a cada prejudicado provar o seu enquadramento na previsão albergada pela sentença.

2. Não se aplica, à espécie, o óbice da Súmula 7/STJ, uma vez que a decisão ora agravada apenas confirmou o efeito *erga omnes* atribuído pela sentença proferida em ação civil pública, tendo em vista a interpretação do art. 16 da Lei 7.347/85, o que prescinde de análise probatória.

3. Agravo Interno do ESTADO DE SANTA CATARINA a que se nega provimento.

Opostos embargos de declaração foram rejeitados às fls. 587/594. Eis a ementa do r. acórdão:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE

# Superior Tribunal de Justiça

DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITO À SAÚDE. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CÓDIGO FUX. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO E ERRO MATERIAL. PRETENSÃO DE PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DA SUPREMA CORTE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA REJEITADOS.

1. A teor do disposto no art. 1.022 do Código Fux, os Embargos de Declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não se verifica no caso dos autos, porquanto o acórdão embargado dirimiu todas as questões postas de maneira clara, suficiente e fundamentada.

2. O acórdão embargado consignou, claramente, ser possível atribuir efeitos *erga omnes* à decisão proferida em Ação Civil Pública que visa tutelar direitos individuais homogêneos, como na presente hipótese, cabendo a cada prejudicado provar o seu enquadramento na previsão albergada pela sentença (fls. 570), com base na jurisprudência desta Corte Superior.

3. Busca a parte embargante a manifestação acerca de dispositivos da Constituição Federal, o que é vedado a este Tribunal, ainda que para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

4. Embargos de Declaração do ESTADO DE SANTA CATARINA rejeitados.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 601/612), sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que o acórdão recorrido violou os artigos 2º, 37, *caput*, e 196, todos da Constituição Federal, ao atribuir efeitos *erga omnes* à sentença condenatória.

Para tanto, afirmou que o "acórdão recorrido implicou evidente desrespeito ao princípio da separação dos poderes, insculpido no art. 2º da Constituição Federal, na medida em que invadiu esfera de competência e atribuição do Poder Executivo, no que concerne à definição de políticas públicas de saúde e à otimização da aplicação dos recursos públicos" (fls. 608/609).

Aduz a existência de afronta ao "art. 37, *caput*, da Constituição Federal, por haver violação ao princípio constitucional da eficiência em razão de que a decisão cria desequilíbrio nas políticas públicas de saúde, quebrando regras de financiamento estabelecidas de forma uniforme e coerente pelo SUS para os três níveis de governo (União, Estados e Municípios) e beneficiando, com exclusividade injustificável, cidadãos em detrimento de outros que, sob a perspectiva de políticas públicas mais amplas, possam demandar atenção prioritária" (fl. 612).

Assevera a ocorrência de contrariedade ao "art. 196 da Constituição Federal, pois a decisão recorrida implica inobservância aos princípios da universalidade e isonomia que devem nortear o Sistema Único de Saúde", ao argumento de que "a condenação do Estado a fornecer insumos a todos os cidadãos catarinenses introduz nova política pública onerosa, e o faz em demanda de cunho individual, o que não se admite, uma vez que a forma como colocada a demanda se restringe ao exame da necessidade pessoal e individual de fornecimento de medicamentos para a paciente beneficiária da

# Superior Tribunal de Justiça

ação" (fls. 611/612).

Foram apresentadas as contrarrazões às fls. 622/627.

É o relatório.

Decido.

Ao argumento de ofensa aos artigos 2º, 37, *caput*, e 196, todos da Constituição Federal, pretende o recorrente "seja afastado o efeito *erga omnes* atribuído à presente ação civil pública" (fl. 612).

Na hipótese, o Superior Tribunal de Justiça, ao analisar os efeitos da coisa julgada na ação civil pública, limitou-se a uma abordagem da legislação infraconstitucional, enfrentando o tema à luz do disposto no artigo 16 da Lei n. 7.347/85.

Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal também já se posicionou ao reconhecer a ofensa apenas reflexa ou indireta, o que inviabiliza o processamento do Recurso Extraordinário:

Agravo regimental em recurso extraordinário. 2. Violação ao princípio da separação de poderes. Decisão do Poder Judiciário que determina a adoção de medidas de efetivação de direitos constitucionalmente protegidos. Inocorrência. Precedentes. 3. Entendimento das instâncias ordinárias pelo fornecimento de medicamentos. Necessidade de reexame do acervo probatório. Súmula 279 do STF. Precedentes. 4. Direito à saúde. Solidariedade entre os entes da federação. Tema 793 da sistemática da repercussão geral (RE-RG 855.178, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 16.3.2015). 5. **Eficácia *erga omnes* da decisão proferida em ação civil pública. Matéria infraconstitucional.** 6. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 7. Agravo regimental a que se nega provimento. (RE 1047362 AgR, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 29/06/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-153 DIVULG 31-07-2018 PUBLIC 01-08-2018)

Ainda na mesma linha de raciocínio, os seguintes julgados monocráticos: ARE n. 1.048.412/SC, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJe de 15/02/2018; RE n. 1.075.733/SC, Rel. Min. Edson Fachin, DJe 01/02/2018; RE n. 1.021.895/SC, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe 01/08/2018.

Assim, eventual contrariedade aos artigos 2º, 37, *caput*, e 196, todos da Constituição Federal, demandaria o exame de normas infraconstitucionais, o que configuraria mera hipótese de ofensa reflexa à Constituição Federal, não sendo apta, pois, a inaugurar a via extraordinária.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil, **não admito o recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
Vice-Presidente